

Sistematização aprova a estabilidade

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização manteve ontem a estabilidade no emprego tal como estava apresentada no substitutivo número dois do relator Bernardo Cabral, após rejeitar destaques que propunham alteração da norma.

Acabou ficando assim a redação do artigo 6º e seu inciso I:

"Art. 6º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I — **Garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:**

A) **Contrato a termo, nas condições e prazos da lei.**

B) **Falta grave, assim conceituada em lei.**

C) **Justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho."**

Em relação ao substitutivo, houve mudança apenas no caput do próprio artigo, mas ela não alterou o conteúdo, como o próprio relator Bernardo Cabral assinalou. Como o substitutivo já falava em direitos "dos trabalhadores", ele incluiu implicitamente os trabalhadores rurais. E a expressão "que visem à melhoria de sua condição social", acrescentada ao "além de outros", era também desnecessária por ser precisamente esse o objetivo do capítulo referente aos Direitos Sociais.

TUMULTO

Numa sessão bastante tumultuada, que foi interrompida por quase duas horas para que os líderes integrantes da Mesa da Comissão de Sistematização tentassem um acordo (não conseguido), foi mantido — por 59 votos a 34 — o texto do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral de "garantia do emprego, protegido contra a dispensa imotivada", contra emenda do deputado Max Rosenmann, que remetia o problema à legislação ordinária.

A votação foi feita contra a vontade da maioria, que entendeu ter sido a emenda do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) prejudicada pela rejeição, na noite de quarta-feira, de idêntica emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB). Em ambos os casos, os autores desejavam a redação da primeira substitutivo de Bernardo Cabral, que também remetia para a lei ordinária a questão da garantia de emprego.

Quando a questão de ordem para que não houvesse votação da emenda Max Rosenmann foi feita pelo deputado José Genofino (PT-SP), em nome da esquerda, o vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), deu parecer contrário, pondo a emenda em votação, o que gerou um tumulto. Ele suspendeu a sessão por quinze minutos para que os líderes chegassem a um acordo.

Quase duas horas depois, não havia acordo: sob protestos da maioria do plenário, lotado, a matéria foi posta em votação — o entendimento geral é que uma vez rejeitada (ou aprovada) uma matéria, todas as outras a ela idênticas são consideradas vencidas e prejudicadas —, sendo iniciado o processo de encaminhamento da votação, com dois constituintes falando a favor e dois contra.

Coube ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), em nome de Max Rosenmann, defender a emenda. Mas logo às suas primeiras palavras, ele começou a ser valado e ser respondi-

do aos gritos pelo que falava na tribuna, principalmente quando disse que o "seu" partido, o PMDB, tinha posição contrária ao parecer do Cabral 2. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) gritou do plenário: "O PMDB não é o seu partido", e Cid Carvalho respondeu, afirmando que não aceitava patrulhamentos. Outro, no meio do tumulto formado, gritou: "Vamos ouvir o Scalco (deputado Euclides Scalco, líder em exercício do PMDB na Constituinte), pois é o líder". Cid Carvalho desceu da tribuna sob vaia.

Para o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, ao contrário, estava reservada uma tarde de glória. Começou dizendo que não falava em nome do partido, mas de suas convicções e com base no programa do partido, e sobre o substitutivo do relator Bernardo Cabral, disse que não falava em estabilidade no emprego, mas em garantia do emprego: "É aquela coisa do não II e não gostei". Chiarelli arrancou aplausos demorados ao lembrar que a estabilidade do trabalhador no emprego foi garantida entre 1943 e 1967 "e nem por isso o País foi à bancarrota nem houve demissões em massa". Por fim, ele protestou, sob aplausos, contra o fato de se procurar votar uma mesma coisa pela segunda vez. Ao descer da tribuna, Chiarelli foi cumprimentado pela esquerda e por alguns líderes sindicais (Meneghelli e "Joaquimão", entre outros) que se encontrava no plenário.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA), que discursou favoravelmente à emenda Max Rosenmann, ganhou apenas a indiferença do plenário, fazendo um levantamento das Constituições em relação à estabilidade do trabalhador no emprego, constatando que apenas duas Constituições (de 1946 e de 1967) se referiram à estabilidade, mas, mesmo assim, remetendo o assunto para a lei ordinária.

O líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, posicionou o PMDB contrário ao substitutivo número dois de Cabral. Protestando contra a decisão da Mesa por ter recolocado uma matéria idêntica em votação, o que, segundo ele, "contrariou as normas regimentais e a praxe parlamentar", Scalco disse que o PMDB votava contra a emenda por uma questão ética e moral.

Antes que a matéria fosse posta em votação, o relator Bernardo Cabral pediu a palavra, e foi outro orador que eletrizou o plenário, sendo várias vezes interrompido pelos aplausos. Ele começou por afirmar que o PMDB não poderia se omitir no instante de votação da emenda Max Rosenmann, e lembrou que se tentava restaurar os princípios do substitutivo número um, quando ele, à época, foi considerado um projeto retrógrado e acanhado.

"No momento em que o substitutivo segundo avança, se reclama com ele o País ir à matroca", reagiu o deputado Bernardo Cabral. Os aplausos foram entusiasmados quando o relator afirmou que "os homens não valem pelos privilégios de fortuna nem pelo poder que conseguem empalmar, mas pelos benefícios que conseguem fazer pela coletividade".

Cabral disse ainda que não fez o substitutivo sozinho, que se cercou de pessoas de todas as tendências, mas já via, agora, que "muitos tinham ficado pelo caminho, alguns fogem, correm, se acocoram". E arrematou, quase teatral: "Voto contra a emenda, quando menos para não ter vergonha quando olhar a minha cara no espelho".



Emenda de Rosenman, na sessão tumultuada, que Scalco não conseguiu controlar, perdeu. Permaneceu o texto de Cabral

"Divisão, a causa da derrota"

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) disse ontem que a aprovação da estabilidade pelo Congresso Constituinte, sua declaração de voto, proclamando os parlamentares a deixarem marcadas para a história suas posições claras e objetivas.

Segundo disse Afif em seu pronunciamento, "o momento é de assumir posições nítidas e transparentes. Quem não tem princípios não chega ao fim. A falta de princípios está desmoralizando o Estado brasileiro e a classe política. Neste momento histórico, em que está em jogo o futuro do Brasil, devemos claramente optar por um modelo eficiente e definido, voltado para a realidade do problema social".

Afif Domingos afirmou que "a estabilidade no emprego foi a ban-

deira do populismo contemporâneo, que nos levou, junto com o Plano Cruzado, ao maior estelionato eleitoral da História do Brasil, e cujos gastos a Nação ainda não se deu conta". Para o deputado, "agora, na hora das definições, quem impingir na Constituição uma indefinição que permita, no transformismo de suas posições, provar a uns que não existe estabilidade e a outros que as promessas da campanha foram atendidas". Acrescentou que "o retorno ao projeto Cabral I, ou forma semelhante, se preza a tese transformista".

"O próprio Diab reconhece que a introdução do princípio da indenização substitui a proteção contra a despedida imotivada por uma proteção econômica e que isto não interes-

sa, pois querem a reintegração e não a indenização", afirmou o deputado. Na opinião de Afif Domingos, "os transformistas não querem estabelecer a indenização na Constituição. Preferem remetê-la à lei, como forma de protelar a decisão". E indagou: "Ora, se são os mesmos parlamentares que definirão a lei, por que não definir agora suas posições?".

Para Afif, "esta falsidade ideológica é um esbulho à boa-fé da sociedade brasileira". E desabafou: "Chega de mentir para a Nação com a convicção de alguns setores da elite brasileira. Chegou a hora da verdade. Assumo meu voto, com responsabilidade para a História, porque tenho compromissos com a realidade brasileira".

Empresários confiam em mudanças no texto

"Não podemos ter estabilidade no emprego pura e simples. Aliás, líderes sindicais verdadeiros, como o Medeiros e o Magri, também não querem isso, pois sabem que o prejudicado será o empregado. Eles sabem que vamos caminhar para uma automação máxima, a fim de evitar volume de empregados, o que não condiz com a realidade do País." A opinião é do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, para quem a liberdade de admitir e demitir continua sendo o melhor caminho. Mas, segundo disse, também não se deve permitir demissões sumárias por parte do empregador: "É preciso que tenha razões para isso, que sejam estabelecidas regras para a proteção do trabalhador".

Para Amato, as dispensas devem ser justificativas, não humanas, mas dentro dos critérios do comércio e da indústria. "Não fui a Brasília para modificar o pensamento dos constituintes. O que Meneghelli quer também é válido, ou seja, uma garantia de emprego, que também defendemos. Tudo indica, no entanto, que ele também não quer a estabilidade pura e simples, por isso acredito que os constituintes encontrarão uma forma de conciliação, um meio termo na votação em plenário. Por enquanto, estamos preocupados apenas com a estabilidade e não vejo moti-

vos para comentar outros assuntos, como as 48 horas semanais. Como diz o ditado, não se pode comer um boi de uma só vez, mas, aos pedaços, se come uma bolada. Vamos devagar."

Mário Amato citou o exemplo de Portugal, que, segundo ele, regressou ao aprovar a estabilidade. "Eles acabaram encontrando uma fórmula que está, inclusive, prejudicando os trabalhadores: o contrato a termo, que nunca é renovado por causa da estabilidade." Esse foi um dos principais assuntos ontem da reunião entre os 300 sindicatos patronais vinculados à Fiesp, afirmou Roberto Della Manna, diretor do Departamento de Cooperação Sindical. Ele acredita que pelo trabalho que desenvolvem trabalhadores e empresários, essa questão, que será decidida no plenário, acabará se resolvendo pelo bom-senso, "pois todos têm a convicção de que seria uma medida prejudicial não só para as empresas, mas para os trabalhadores, por causa da demissão em massa que isso traria".

Mas Della Manna continua otimista: "Espero que a estabilidade não seja termo da Constituição, pois ainda haverá votação no plenário e nós, empresários, estaremos atentos." Assim como Amato, ele mostrou confiança no aproveitamento futuro da emenda de Max Rosenmann (PMDB-PR).

Pazzianotto acredita que o trabalhador não lucra

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmou ontem que de nada adianta colocar na Constituição um dispositivo que pretenda defender o trabalhador mas que seja incompatível com a realidade econômica do País. Segundo o ministro, que se referia à questão da estabilidade no emprego, o importante é que a Constituição proteja o trabalhador contra a demissão sem justa causa, provocada por qualquer pretexto. "A melhor forma de proteção do trabalhador contra o desemprego é a que estava prevista no primeiro anteprojeto do relator Bernardo Cabral (o 'Cabral Um'), que cria obstáculo à demissão".

Para o ministro do Trabalho, a demissão deve ser dificultada principalmente pela imposição de ônus aos patrões, de forma proporcional ao tempo de serviço do empregado.

"Se insistirmos na estabilidade pura e simples, acabaremos criando uma incompatibilidade entre a legislação e a realidade econômica. E tudo o que conseguiremos não é proteger o trabalhador, mas sim elevar drasticamente o volume de processos na Justiça do Trabalho, que hoje já funciona com grande morosidade", destacou.

O caminho mais coerente com a realidade econômica do País, segundo o ministro do Trabalho, é criar mecanismos protetores do emprego, sem com isso inviabilizar as empresas ou criar mais problemas para a Justiça e para o trabalhador.

LAMENTOS

O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) defende uma posição semelhante à de Pazzianotto em relação à estabilidade. Para ele, a nova Constituição deve criar obstáculos severos à demissão sem justa causa, até como forma de se desestimular a rotatividade da mão-de-obra, pela qual a empresa demite um funcionário apenas para contratar outro com salário mais baixo. A estabilidade pura e simples, segundo o deputado, será fatalmente rejeitada em plenário. "Ninguém vai aprovar uma coisa dessas", assinala.

"Agora vamos para o plenário. Perdemos um round e temos que aceitar a decisão da maioria", resignou-se o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, coordenador do lobby da entidade junto ao Congresso. Ele lamentou a posição de alguns parlamentares que votaram contra a emenda Max Rosenmann, como os liberais Afif Domingos, Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto. "Nós imaginávamos que o PFL fosse marchar de maneira mais forte", afirmou.

Rui Altenfelder, diretor da Fiesp, disse que o contrato de trabalho contra despedidas imotivadas nos termos da lei parece de bom senso, "e aí não está em jogo o capital e o trabalho, mas o bem-estar do Brasil. Nesse quadro, essa emenda nos parece a menos ruim, uma vez que remeterá para a legislação ordinária os casos em que poderá ou não haver essas dispensas, assim como as consequências que surgirem".

Tranquilos trapalhões

JOSÉ NEUMANNE PINTO

O grande poeta alemão Johann von Schiller já escreveu que "a voz da maioria não representa prova de justiça". Se o companheiro de Goethe tivesse assistido às sessões da Comissão de Sistematização nas quais se decidiu dar status de direito constitucional à estabilidade no emprego, ele teria razões para comprovar o acerto desta frase. Afinal, nas duas sessões de anteontem e ontem ficou claro que a maioria, muitas vezes, por indefinição, pode chegar a equívocos monumentais.

O que leva a maioria a se equivocar é, principalmente, pelo menos no caso da Constituinte, a completa desarticulação de suas lideranças. As esquerdas, que são minoritárias na Comissão de Sistematização e, mais ainda, no plenário da Constituinte, ganharam a batalha da estabilidade, simplesmente porque já entraram em campo com a guerra das lideranças assegurada. O centro majoritário expôs suas visceras, de forma lamentável, nas votações dos destaques apresentados ao texto do capítulo VI do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Desorientados, atomizados, dispersos, os representantes da maioria liberal foram varridos da decisão final em torno do texto que vai ao plenário, simplesmente porque se dividiram e não souberam nem esconder sua divisão.

Pessoa importante nesta derrota é o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), cuja desastrosa atuação nos bastidores desmantelou completamente qualquer tentativa de articulação de todos os constituintes contra a inclusão da estabilidade no texto constitucional. A teimosa insistência de Albano Franco, na tentativa de convencer os liberais de que o ideal seria voltar para o primeiro substitutivo preparado por Bernardo Cabral, levou a uma divisão, cujo principal resultado foi a desorientação que tomou conta dos liberais do PMDB e do PFL, evidente em todas as verificações de votação acontecidas nas tardes de anteontem e ontem.

A indiferença do Planalto também teve sua participação ativa na vitória da estabilidade na Comissão

de Sistematização. Ficou claro que a cúpula do governo federal só está interessada mesmo em garantir os cinco anos de mandato que o presidente da República quer e em negociar o adiamento, pelo menos para o próximo mandato presidencial, do parlamentarismo, em cuja direção a maioria da Constituinte parece caminhar. O líder do governo Carlos Sant'Anna, por exemplo, acompanhou as votações munido de uma indiferença olímpica. Um membro da comissão contou que, procurado para orientar a votação, ele preferiu não se definir. Afinal, revelou, procurou o chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, e dele ouviu que não sabia qual a orientação de Sarney para votar o artigo da estabilidade; depois foi ao chefe do SNI, general Ivan de Sousa Mendes, que prometeu procurar o presidente, mas não voltou com a resposta. De tal forma que o parlamentar que contou a história votou apenas de acordo com a própria intuição e sem seguir nenhuma orientação.

Carlos Sant'Anna, o tranqüilo, expôs a toda a Constituinte a indiferença do Planalto em relação a um tema que pode selar o destino econômico da combatida indústria nacional. Albano Franco, o trapalhão, ao desarticular completamente a combinação feita previamente, com a ajuda também atrapalhada do presidente da Fiesp, Mário Amato, e de um advogado indeciso, de apoio à emenda popular gaúcha, aceita por líderes sindicais lúcidos como Luiz Medeiros e Antônio Magri, expôs as costas do deficiente corporativismo sindical patronal brasileiro. Enquanto os proprietários rurais, unidos em torno da UDR, e os trabalhadores industriais, bem articulados nas bancadas do PT, do PDT e do MUP do PMDB, venceram nas votações, por sua persistente organização, os empresários fracassam, apostando em fórmulas obscuras, como a proposta pelo PMDB, de aprovar o texto do primeiro substitutivo de Cabral, que pretendia "empurrar com a barriga" para o Congresso, autor das leis ordinárias, uma decisão que podia ser tomada desde já. Até porque a Constituinte tem os mesmos membros do Congresso. Numa e noutra a maioria desarticulada vai ser sempre prisioneira das minorias organizadas.

E a Fiesp culpa Albano

HUGO STUDART

Clímax, indecisões e crises existenciais. Foi forte o clima emocional nos bastidores da política nas horas que precederam a votação da inclusão da estabilidade no emprego na Constituição. No ápice das negociações, o presidente da Fiesp, Mário Amato, chegou a mandar um telex ao senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), desautorizando-o a negociar em nome dos moderados a solução anteriormente acertada com as esquerdas.

Albano Franco, mesmo assim, continuou negociando. Os moderados do PMDB ficaram desorientados com o dilema de seguir Albano ou Amato; o PFL rebelou-se em bloco contra a Fiesp; a esquerda do PMDB rebelou-se contra o líder Fernando Henrique Cardoso e o inesperado aconteceu. A culpa pela Comissão de Sistematização da Constituinte ter aprovado o princípio da estabilidade no emprego, para a Fiesp, é da crise existencial de Albano Franco, que não sabe se é empresário ou peemedebista. Para os liberais, a culpa é de Mário Amato, que faz acordos precipitadamente.

A confusão entre empresários e parlamentares moderados — que acabou provocando a vitória da estabilidade — começou sexta-feira passada, em uma reunião no gabinete de Ulysses Guimarães, no Congresso. Fernando Henrique Cardoso convidou Mário Amato e o presidente da Fierj, Artur João Donato, para uma negociação. Presentes os deputados Nelson Jobin (PMDB-RS), Afif Domingos (PL-SP), José Serra (PMDB-SP) e o advogado da Fiesp Gabriel Saad.

Fernando Henrique informou que o PMDB não aceitava a emenda

apresentada pela Fiersg — a "Gaúcha" —, apoiada pelos empresários, e propôs um acordo em torno da apresentada no primeiro anteprojeto do relator Bernardo Cabral — "Cabral Um" —, que transferiria as discussões sobre a estabilidade para a lei ordinária. Amato e Donato consultaram o advogado e fecharam o acordo. Amato dirigiu-se ao gabinete de Albano Franco e lá foi alertado que, na verdade, a "Cabral Um" garantia a estabilidade.

Às 9 horas de quarta-feira, o telefone tocou no gabinete de Ruy Martins Altenfelder, diretor da Fiesp e coordenador do lobby dos empresários na Constituinte. Era o líder do PFL, deputado José Lourenço, protestando contra o acordo entre Amato e o PMDB em torno da "Cabral Um", firmado sem a consulta aos liberais. Lourenço informava que a bancada não votaria na emenda.

Hora e meia depois, um telex assinado por Mário Amato era despachado do gabinete do vice-presidente da Fiesp, Moreira Ferreira, tentando abortar a insistência de Albano Franco em negociar com as esquerdas a "Cabral Um". O telex reafirmava a posição "a favor da proposta de emenda apresentada pelos companheiros da Fiersg". Cópias foram enviadas no mesmo momento aos deputados Afif Domingos, Francisco Dornelles e Gastone Righi, aumentando ainda mais a confusão e revoltando dos liberais e moderados do PMDB.

Mário Amato ainda tentou, em Brasília, um acordo com Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Meneghelli. Mas os empresários foram obrigados a ouvir impotentes, através do sistema de som, que liga o plenário da Constituinte à presidência da Fiesp, as sucessivas derrotas da "Cabral Um", da "Gaúcha" e da "Max Rosenmann", uma reedição da "Cabral Um".